

DE LEI Nº,
(Do Sr. AROLD0 MARTINS)

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir medidas cautelares para preservar a saúde do atleta profissional de luta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O Artigo 2º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

20.....

§ 1º A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

- I – da transparência financeira e administrativa;
- II – da moralidade na gestão desportiva;
- III – da responsabilidade social de seus dirigentes;
- IV – do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e
- V – da participação na organização desportiva do país.

§2º Nas competições profissionais de luta, o atleta que sofreu nocaute no último combate profissional, realizado no Brasil ou no exterior, deverá apresentar à entidade ou pessoa responsável pela organização do espetáculo desportivo, como condição para participar de nova disputa, parecer médico baseado em exames clínicos e de imagem que atestem sua integridade física e mental.

§3º O poder público do local em que será realizado o combate profissional poderá aplicar multa, no valor equivalente a um terço da renda auferida com o evento



desportivo quando não for observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem a finalidade de garantir os princípios da segurança desportiva, alterando o Artigo 2º da Lei 9.615, de 24 de março de 1998.

Traz a exigência de apresentar parecer médico, exames clínicos e de imagem, como por exemplo os exames radiológicos e neurológicos, que atestem a integridade física e mental dos atletas a eles submetidos.

Será obrigatória a realização desses exames ao atleta que tenha sofrido nocaute na última luta profissional, seja no Brasil ou no exterior. O parecer médico deverá ser apresentado à entidade ou ao responsável pela organização do evento desportivo, sendo condição irrefutável para participação em nova disputa profissional.

O projeto de lei estabelece autorização ao poder público do local de realização do combate a instituir multa equivalente a um terço do valor da arrecadação auferida ao evento, que deverá ser cobrada da entidade ou pessoa autorizada a realizar o evento desportivo entre atletas que não apresentaram o referido parecer médico, conferindo segurança aos atletas participantes.

Nesse sentido peço o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa importante propositura.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2020.

Deputado AROLDO MARTINS
Republicanos/PR

